

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

*ECONOMIA SOCIAL E
SOLIDÁRIA:
CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS*



O PROJETO ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA REÚNE E DÁ A CONHECER DIVERSOS EXEMPLOS DE ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (ESS), PARA QUE AS PESSOAS INTERESSADAS E ENVOLVIDAS EM INICIATIVAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS POSSAM INTERAGIR E CONECTAR-SE, DE FORMA A PARTILHAREM CADA VEZ MAIS ESTAS AÇÕES COM OUTRAS PESSOAS. AO REUNIR E PARTILHAR ESTES EXEMPLOS, PRETENDE-SE OBTER NOVAS IDEIAS E PRÁTICAS, DE FORMA A REFORÇAR A ESS. ASPIRAMOS A POTENCIAR A REFLEXÃO E DISCUSSÃO, POR FORMA A DESCOBRIR E PARTICIPAR EM FUTURAS OPORTUNIDADES E POSSIBILIDADES DE ESS. AO MESMO TEMPO – ASSIM COMO OUTRAS INICIATIVAS DE ESS – ESTAMOS A CONSTRUIR LAÇOS COM DECISORES POLÍTICOS, COM O OBJETIVO DE OBTER O SEU APOIO EM FORMAS ALTERNATIVAS DE AGIR E ATUAR.

SOMOS UMA REDE DE 26 ASSOCIAÇÕES EM 23 PAÍSES EUROPEUS, POTENCIANDO AS COMPETÊNCIAS DOS ATORES LOCAIS, COMPROMETIDOS COM A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, APOIANDO O NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ORIENTADO PARA O COMBATE À POBREZA E NA PARTILHA DE UM MODO DE VIDA SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO.



Este relatório foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. Os conteúdos deste relatório são da responsabilidade do projeto SSEDAS e não podem, sob quaisquer circunstâncias, ser considerado como refletindo a opinião da União Europeia.



Esta publicação foi elaborada no âmbito do projeto “Economia Social e Solidária”.

Autores: Bernhard Leubolt (Faculdade de Economia e de Administração da Universidade de Viena, investigador convidado na Universidade Estadual de Campinas) e Wagner de Melo Romão (Universidade Estadual de Campinas)

Facilitadores: Unidade de Cidadania Global do IMVF, Riccardo Troisi (Fairwatch), Monica diSisto (Fairwatch)

Tradução: Andrea Duarte.

Outubro, 2015

ÍNDICE

PREMISSAS	4
0.1) Descrever a situação social e económica nacional	4
0.2) Descrever a situação social e económica do território.....	7
0.3) Descrever o papel das organizações de Economia Social e Solidária neste contexto.....	8
0.4) Descrever eventuais iniciativas públicas/legislativas que apoiem/afetem esses setores...11	
DESCRIÇÃO DA BOA PRÁTICA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	13
1.1) Descrição da boa prática de ESS	13
1.2) Atividades propostas	14
1.3) Modelo de gestão e participação dos atores.....	14
1.4) Rotatividade e criação/qualidade de emprego.....	15
1.5) Externalidades sociais e ambientais	15
1.6) Comunicação e sensibilização	15
1.7) Criação de redes, afiliações e abertura da boa prática a redes existentes.....	16
AVALIAÇÃO DA BOA PRÁTICA	16
2.1) O impacto e o potencial económico e social da boa prática	16
2.2) Impacto transformador no território e mais além.....	18
2.3) Impacto político da boa prática.....	19
2.4) Sustentabilidade da prática	20
2.5) Espaço participativo aberto ao território	21

O que podemos aprender da boa prática descrita?	22
3.1 Áreas em que podemos aprender, fatores chave de sucesso/falhaço	22
HISTÓRIA INDIVIDUAL	25
4.1 História/testemunho individual que exemplifica a prática descrita.	25
INFORMAÇÃO ADICIONAL	28
Entrevistas	29
Fontes bibliográficas	29

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Pressupostos

0.1) Descrever a situação económica e social nacional

O Brasil é o 5º maior país do mundo, tanto em número de habitantes – o último censo registou, em 2010, 190,7 milhões de habitantes (IBGE 2013; dados de 2009) – e em superfície – os seus 8,5 milhões de km² são praticamente o dobro dos 28 Estados-Membros da União Europeia, com 4,4 milhões de km². Politicamente, é uma república federal presidencialista, composta por municípios, estados e o governo federal. O presidente, eleito num sistema pluripartidário, é o Chefe de Estado e responsável pelo poder executivo, sendo o exercício deste poder atribuído a órgãos

distintos e independentes regidos pela Constituição. O presidente pode nomear e destituir membros do seu gabinete, constituído por ministros do Estado e conselheiros (secretários). O poder legislativo está principalmente nas duas câmaras do Congresso Nacional, que consiste no Senado Federal (composto em partes iguais por representantes de cada estado e do distrito federal) e a Câmara dos Deputados (onde os lugares são distribuídos proporcionalmente à população de cada estado). Além da legislação nacional, os 27 estados brasileiros e os 5.570 municípios têm as suas próprias legislaturas. O Brasil é um país multiétnico, com 48,2% da população registada como

branca, 6,9% como negra (preta), 44,2% como mista e 0,7% como amarela ou indígena, em 2009 (IBGE 2013). O Brasil tem sido um dos países com maior desigualdade a nível global, mas observou recentemente uma queda considerável do índice Gini, de 0,596 em 2001 para 0,53 em 2012, enquanto a taxa de pobreza desceu de 35,09% para 15,03% no mesmo período (IPEA 2015).

No que toca à sua situação económica, o país tem sido historicamente caracterizado por “altos” e “baixos” (ver Gráfico 1). Anos de taxas de crescimento altas foram seguidos de perto por crises e fortes quebras económicas. Enquanto a década de 1980, marcada pela dívida, é considerada uma “década perdida”, o crescimento voltou nos anos 90, para ser de novo brutalmente interrompido por crises económicas. Em 1998/99, o Brasil sofreu uma crise financeira algo severa, no seguimento das crises asiática e russa ([Singer 1999](#)). Em 2000, voltou de novo o crescimento, mas numa taxa modesta, numa comparação internacional, com outra crise, menos grave, a tomar forma entre 2001 e 2003. Entre 2004 e 2008, houve uma retoma do crescimento, enquanto a primeira recessão económica (-0,6% de crescimento do PIB), em 2009, foi algo suave quando comparada com o panorama internacional. 2010 foi marcado

por um surpreendente regresso ao crescimento, que voltou a abrandar nos anos subsequentes (IPEA 2015).

A situação social no Brasil correlaciona-se largamente com a situação económica. No entanto, os problemas mais importantes variaram ao longo do tempo. Os anos 80 podem ser caracterizados por um duplo movimento: por um lado, a crise internacional da dívida atingiu o Brasil. A recessão económica no início dos anos 80 foi acompanhada por uma forte subida das taxas de inflação, que subiram de 99% em 1980 para 1973% em 1989. Uma taxa tão elevada de hiperinflação teve o seu efeito mais devastador sobre os pobres, que não podiam dela defender-se, devido à sua exclusão do sistema bancário. A recessão económica no início e nos últimos anos dos anos 1980 prejudicou o nível do salário médio, que recuperou nos meados da década para voltar a cair no seu final.

Por outro lado, os anos 80 foram marcados, politicamente, por um processo de democratização, com os movimentos sociais a protestarem contra a ditadura militar. Interligada com um movimento sindical forte e combativo, a sua luta pela democracia acabou por ser bem-sucedida e a democracia foi-se instalando gradualmente ao longo dos

anos 80, com as primeiras eleições presidenciais diretas em 1989 e a elaboração participativa da nova Constituição, que foi adotada em 1988 (Kinzo 2001). Este segundo movimento durante os anos 80 reveste-se de uma particular importância para desenvolvimentos posteriores no que toca à Economia Social e Solidária (ESS), já que a luta pela democracia esteve ligada a reivindicações de justiça social e inclusão de pessoas até então excluídas (Dagnino 1994).

Os anos 90 foram marcados pelo duplo movimento da consolidação da democracia, que incluiu a implementação de reformas sociais definidas na Constituição de 1988, e a implementação de reformas neoliberais – especialmente durante as presidências de Collor de Melo (de 1990 até à sua destituição – 'impeachment' - por acusações de corrupção, em 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Durante a presidência de Cardoso, a hiperinflação dos anos 80 e início de 90 foi vencida, mas com um preço alto, da subida do desemprego: entre 1992 e 1999 a taxa de desemprego subiu de 7,2% para 10,4% (IPEA 2015). A taxa de desemprego brasileira não reflete de uma forma exata a situação do emprego, já que muitas pessoas são obrigadas a trabalhar no setor informal, onde os direitos dos trabalhadores não são aplicados e o

pagamento é muito mais baixo do que no setor formal. Em 1992, a maioria dos trabalhadores brasileiros estavam a trabalhar informalmente, com o setor informal a abranger 54,3% da força de trabalho brasileira. Até 1999, o setor informal cresceu até representar 56,2% dos trabalhadores brasileiros (IPEA 2015). Assim, os anos 90 foram descritos por especialistas entrevistados como uma forte crise de desemprego (Singer, Sanchez, Leite).

No contexto da subida do desemprego durante os anos 90, a ESS surgiu como uma possível solução. Já incentivada por ONG cristãs, tais como a Caritas, começou também a ser vista como uma estratégia viável por políticos progressistas, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesta altura, os exemplos mais notórios foram empresas falidas, ocupadas pelos seus trabalhadores, mas outras iniciativas começaram também a desenvolver-se (Singer and Souza 2000).

Os anos 2000 foram marcados pela retoma do crescimento económico, particularmente a partir de 2005. Politicamente, a eleição do candidato do PT Luís Inácio Lula da Silva (Lula) como presidente levou também a condições mais favoráveis, como descreveremos nas seguintes subsecções.

Em geral, muitos indicadores sociais melhoraram a partir dos anos 90: a iliteracia (nas pessoas com mais de 15 anos) caiu de 23,3% em 1982 para 17,2% em 1992, 11,9% em 2002 e, finalmente, 8,7% em 2012. Os dados mais recentes, de 2013, mostram a taxa de iliteracia nos 8,5% (IPEA 2015). Outros indicadores sociais básicos relativos à educação e à saúde também melhoraram, levando a uma subida no Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro de 0,545 em 1980 para 0,612 em 1990, 0,682 em 2000, 0,705 em 2005, 0,739 em 2010 e 0,744 em 2013 (UNDP 2015). Os indicadores relacionados com o emprego também melhoraram no século XXI, com o desemprego a cair de 10,1% em 2001 para 6,7% em 2012 e a percentagem do setor informal a descer de 58,4% em 2001 para 46,3% em 2012. Estas melhorias foram acompanhadas por uma queda na desigualdade de rendimentos, patente na descida do índice Gini de 0,596 em 2001 para 0,527 em 2013 (IPEA 2015).

As principais causas das recentes melhorias foram identificadas como os efeitos da implementação da Constituição de 1988 sobre as políticas sociais: as despesas sociais aumentaram de 13,3% do PIB em 1985 para 19% do PIB em 1990 e continuaram a subir até aos 25,2% de 2010 (Leubolt 2015). Nos

últimos anos, o salário mínimo em termos reais foi aumentado de 415,94 R\$ (aproximadamente 150 Euros) em janeiro de 2003 para 834,14 R\$ (aproximadamente 300 Euros), em janeiro de 2015 (IPEA 2015). O salário médio também subiu de 1.029,59 R\$ (aproximadamente 360 Euros) em 2003 para 1.624,11 R\$ (aproximadamente 600 Euros) em 2013 (ibid.).

0.2) Descrever a situação social e económica do território

São Paulo é o estado brasileiro com o maior número de habitantes, com 41,26 milhões de habitantes em 2010 (IPEA 2015), mais de um quinto da população brasileira vivendo no estado de São Paulo. A sua capital, também chamada São Paulo, soma 11,52 milhões de habitantes – aproximadamente 6% do total da população brasileira. O estado de São Paulo é considerado o centro económico do Brasil, com um PIB total de 1,25 mil milhões de reais (R\$) em 2010, representando 33% do PIB total do Brasil (IPEA 2015). O PIB per capita no estado de São Paulo, em 2010, era de 30.240 R\$, mais de 150% do PIB per capita no Brasil, de 19.770 R\$ (ibid.). A cidade de São Paulo é o centro financeiro do país. Além da enorme riqueza acumulada na cidade, esta é também representativa das

desigualdades sociais e económicas do Brasil (Fix 2007).

Os indicadores sociais do estado de São Paulo tendem a ser melhores do que os do país: a iliteracia afeta 3,8% da população (comparável a 8,7% no Brasil). A situação de emprego também é mais positiva em São Paulo do que a situação média brasileira. A taxa média de desemprego em 2012 para a região metropolitana de São Paulo era de 6,1% (cálculos próprios, baseados no IPEA 2015), ligeiramente mais baixa do que os 6,5% relativos ao Brasil. O salário médio é consideravelmente mais alto do que no país como um todo: em 2013, o salário anual médio era de R\$ 2.395,60 (cerca de 800 euros), cerca de 150% da média nacional de R\$ 1.624,11 (cálculos próprios, baseados no IPEA 2015). O [coeficiente Gini](#) para São Paulo fica ligeiramente abaixo do coeficiente Gini nacional, com uma trajetória semelhante – desceu de 0,553 em 2001 para 0,494 em 2013 (IPEA 2015).

Em geral, São Paulo – enquanto centro da economia do país – oferece mais oportunidades de desenvolvimento do que outras regiões no Brasil. Porém, as desigualdades, a pobreza e a exclusão social são também sérios problemas no território.

0.3) Descrever o papel das organizações de Economia Social e Solidária neste contexto

A Economia Social e Solidária (ESS) começou a emergir durante os anos 80, como um fenómeno algo marginal, introduzido por organizações sociais da Igreja Católica – na sua maioria, organizadas pela Caritas. Era vista como uma possível forma de promover o emprego, combinando a organização coletiva com formas de promover oportunidades de emprego. (Singer 2002).

Durante os anos 90, as crescentes taxas de desemprego começaram a ser vistas como um problema chave no desenvolvimento do Brasil. Na busca de uma resposta para este problema, a ESS começou a ganhar proeminência, especialmente entre os setores politicamente mais progressistas da sociedade. Depois do colapso do socialismo real, a procura de novas formas, democráticas, de promover uma alternativa social preparou o caminho para se pensar acerca da ESS. Como mencionado por Paul Singer na entrevista, a ESS foi aceite como uma estratégia central pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na promoção do desenvolvimento económico e na luta contra o desemprego no início dos anos 1990. Portanto, o PT começou a promover

iniciativas de ESS. Quando os candidatos do PT ganharam as primeiras eleições importantes à escala municipal – especialmente nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, governadas por presidentes da câmara do PT entre 1989 e 1992¹ –, algumas iniciativas de ESS começaram a ser apoiadas, embora não em larga escala (mais sobre este assunto na subsecção seguinte). O maior impulso da ESS começou em meados dos anos 90. Um artigo escrito por Paul Singer ([Singer 1996](#)), durante a campanha da candidata do PT Luiza Erundina para presidente da câmara de São Paulo em 1996, usava pela primeira vez o termo ‘economia solidária’ e gerou debate no Brasil (como é descrito nas entrevistas de Singer e Sanchez).

O princípio orientador da economia baseada na solidariedade no Brasil tem sido a auto-organização coletiva dos trabalhadores com a obrigação expressa da tomada de decisões democrática. Todos os trabalhadores envolvidos têm um direito ao voto igual no processo de tomada de decisões e os salários devem ser menos estratificados do que nas empresas capitalistas convencionais. Ou seja,

1

Porto Alegre foi a cidade com a história mais longa de governos PT, sendo governada de 1989 a 2004 pelo PT ([Leubolt et al. 2008](#)), enquanto São Paulo foi governada pelo PT apenas entre 1989 e 1992 (presidente da câmara: Erundina), de 2001 a 2004 (Suplicy), e de 2013 a 2016 (Haddad).

a maior diferença entre as iniciativas da economia baseada na solidariedade e as empresas congéneres convencionais é que as primeiras são propriedade dos seus trabalhadores. Assim, a diferença entre trabalhadores e proprietários deixa de existir, já que os trabalhadores são, coletivamente, donos da sua empresa ([Singer 2002](#)).

Como é afirmado por Sanchez na entrevista, durante os anos 90, a expressão mais importante da ESS no Brasil eram as fábricas ocupadas pelos trabalhadores (empresas recuperadas) – refletindo a centralidade da luta contra o desemprego. Durante os anos 2000, estas começam a desaparecer politicamente e também a escassear em número. Como afirmou Leite na entrevista, estas experiências foram importantes na luta contra o desemprego. No entanto, muitas delas não estavam organizadas, na prática, de acordo com os princípios da ESS. Como os trabalhadores são considerados sócios da empresa, os direitos dos trabalhadores não são aplicados, e, ao mesmo tempo, a tomada de decisões democrática e estruturas salariais igualitárias também não são aplicadas. Assim, estas práticas contribuíram para a precarização e deterioração das condições laborais ([Leite et al. 2015](#)).

Durante a década de 2000, as fábricas ocupadas pelos trabalhadores deram lugar a novas expressões da ESS. Em geral, o atual panorama de iniciativas de ESS é muito vasto. Como relatou Sanchez na entrevista, houve uma grande transformação, em comparação com os anos 90. Enquanto a pluralidade já era bastante grande nessa altura, o centro da atenção era a produção. Durante os anos 2000, a ESS aproximou-se dos movimentos ambientais e dos conceitos de Buen Vivir e Vivir Bien, impulsionados pelos movimentos indígenas e pelos governos da Bolívia e Equador.

O mapeamento levado a cabo pela secretaria para a ESS (ver também [Gaiger et al. 2014](#); mais sobre este assunto abaixo), enumerava um total de 33.518 iniciativas de ESS no Brasil entre 2004 e 2013 ([SENAES 2013](#)). Este número é provavelmente mais baixo do que o total exato de iniciativas, já que algumas das mais pequenas não terão sido registadas (ibid.). Estas iniciativas têm formas diferentes de organização: 8,8% estão organizadas como cooperativas, 30,5% como grupos informais e 60% como associações (ibid.). A maioria das iniciativas de ESS (40,8%) estão localizadas na região mais pobre do Brasil, o Nordeste, enquanto 16,4% se localizam no Sudeste – a região de São Paulo. No Brasil, 54,8% das iniciativas de ESS estão situadas

em regiões rurais, 34,8% em cidades e 10,4% em regiões mistas. No Sudeste, a relação é diferente, já que apenas 29,7% se situam em regiões rurais, 61% localizam-se em regiões urbanas e 9,3% em regiões mistas (ibid.). A maioria das iniciativas de ESS brasileiras (47%) trabalham no setor da agricultura familiar, 14% são beneficiárias da reforma agrária, 12% trabalham no setor do artesanato, 6% são outros trabalhadores autónomos, 5% são catadores de material reciclável, 3% são cooperativas de pessoas de um contexto educacional superior e 3% são de pescadores ([SENAES 2014](#)).²

Em resumo, as fábricas ocupadas por trabalhadores deram lugar a novas expressões de ESS durante os anos 2000. A expressão mais importante foi a agricultura familiar no campo, onde a maioria de iniciativas de ESS se situam. Como afirmou Sanchez na entrevista, os catadores de material reciclável tornaram-se a expressão mais importante de ESS nas cidades. Segundo Sanchez, os catadores organizam-se de acordo com os princípios da ESS, embora muitos não usem o termo “economia baseada na solidariedade”, já que parecem

2

7% não declararam as suas atividades e outros 3% levavam a cabo atividades diferentes das constantes na lista ([SENAES 2014](#)).

ter acumulado força política além do movimento da ESS.

Considerando a origem social, 47% das pessoas envolvidas na ESS não completaram o ensino básico, 13% completaram apenas o ensino básico, 24% completaram o ensino secundário (ensino médio completo), e 7% têm diplomas universitários ([SENAES 2014](#)). Este contexto educacional está abaixo da média brasileira. O salário médio para atividades de ESS está também bem abaixo da média brasileira, com R\$ 1.003,07 (aproximadamente 380 Euros; em comparação com o salário médio brasileiro de R\$ 1.210,32 em 2007, o ano do processo de mapeamento). Os salários mensais mais baixos são obtidos pelos catadores de material reciclável (416,76 em média), enquanto a remuneração média na agricultura familiar era de R\$ 1.212,72. O artesanato recebia em média 516,17 ([SENAES 2014](#)).³ Porém, é importante lembrar que apenas 29% das pessoas que trabalham na ESS tinham como sua fonte principal de rendimentos a ESS, enquanto para 33% este

3

Estes valores preocupam as iniciativas de ESS em que os produtos são comercializados pelas próprias empresas de ESS – o maior grupo na ESS (47%). 17% das iniciativas de ESS recebem salários mensais. Neste grupo, as relações são diferentes, já que os catadores de materiais recicláveis recebem R\$ 673,95 e a agricultura familiar fica com um salário médio de R\$ 839,50 ([SENAES 2014](#)).

representa um rendimento complementar e, para 35%, o seu rendimento não dependia da ESS. Como mencionou Leite na entrevista, este último grupo diz respeito principalmente ao setor do artesanato, que emprega frequentemente mulheres, enquanto os seus maridos são responsáveis pela fonte principal de rendimentos do agregado.

0.4) Descrever eventuais iniciativas públicas/legislativas que apoiem/afetem esses setores

Conforme já indicado, as iniciativas de ESS analisadas no decorrer do presente estudo, estão relacionadas com pessoas com poucas fontes de rendimento. Assim, não deve constituir uma surpresa que o processo de mapeamento tenha revelado a falta de rendimentos como um dos maiores problemas do setor da ESS brasileira (afirmado por 74 % dos inquiridos que responderam ao questionário do Governo, ver também [SENAES 2013](#)). Apesar deste facto, tem sido igualmente reconhecido ([Santos 2002](#)) que a organização coletiva em iniciativas de ESS contribuiu para melhores possibilidades de gerar rendimentos. Todavia, a falta de capital (num sentido exaustivo, incluindo capital social, cultural e financeiro; ver também [Bourdieu 1984](#)) é um

obstáculo importante para muitas iniciativas de ESS.

Portanto, muitas iniciativas foram desenvolvidas em estreita colaboração com ONG e (a partir dos anos 90) com o setor público. No Brasil, este movimento tem sido descrito como a proliferação e institucionalização da 'cidadania' ([Dagnino 2002b](#)), entendida no sentido lato como a promoção da justiça social com a participação dos até então excluídos. Apesar de uma 'confluência perversa' ([Dagnino 2002a, 288](#)) destes esforços com reformas neoliberais, limitando as melhorias materiais para os pobres, muitos esforços foram iniciados durante os anos 90 para apoiar o desenvolvimento dos pobres, incluindo no setor da ESS.

O partido político mais importante a implementar estes esforços tem sido o Partido dos Trabalhadores (PT). Durante os anos 90, estes diziam respeito fundamentalmente aos governos locais ([Bittar 1992](#); [Magalhães et al. 2002](#)). Segundo os setores de ESS, estes esforços podiam incluir a provisão de espaço adequado para trabalho, ou subsídios.

Outro problema importante das iniciativas de ESS é a falta de escolaridade dos trabalhadores associados. Como gerir uma

empresa requer um conhecimento considerável acerca de aspetos legais e da estrutura do mercado setorial, a falta de escolaridade leva a dificuldades para sobreviver à competição com empresas convencionais. A partir do final dos anos 90, as universidades brasileiras começaram a envolver-se na capacitação em cooperativas. As chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) foram fundadas como centros universitários, onde investigadores e professores, juntamente com estudantes, começaram a envolver-se nesta forma de 'consultoria social' ([Dubeux 2013](#); [Fernandes et al. 2013](#)). Outras organizações têm igualmente estado ativas nestas atividades de 'consultoria social'. Entidades religiosas e ONG envolvem-se, há muito tempo, em programas de empoderamento para organizações da sociedade civil ([Simões 2008](#)). Trabalhando como 'intermediários', prestam apoio na educação política e lidando com entidades públicas, especialmente no que toca a processos judiciais, que são difíceis de gerir para os movimentos sociais dos pobres.

Um importante marco no apoio governamental foi a eleição de Lula como presidente da nação em 2002. Logo em 2003, o primeiro ano do seu Governo, uma nova secretaria da economia baseada na

solidariedade (Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES) foi criada. Encabeçada pelo reconhecido intelectual Paul Singer, a SENAES sempre trabalhou com um orçamento consideravelmente pequeno. Como tal, os esforços centraram-se sobretudo na coordenação da ação governamental, relativamente a obstáculos legais, tais como a disponibilidade de crédito. Quando o Governo começou o seu programa anti pobreza, 'Brasil sem miséria', em 2011 (já sob a sucessora de Lula, Dilma Rousseff), alguns dos recursos para lutar contra a pobreza foram dirigidos para o setor da ESS, como declarou o diretor de investigação da SENAES, Valmor Schiochet numa entrevista (2014). Os principais beneficiários do novo programa viriam da agricultura familiar. Os recursos do 'Brasil sem miséria' foram utilizados sobretudo para apoiar trabalhadores agrícolas pobres na constituição de iniciativas de ESS, para facilitar a 'inclusão produtiva'.

Outra parte importante dos esforços da SENAES diz respeito à criação de redes entre iniciativas de ESS. À imagem do que aconteceu em muitos outros campos políticos no Brasil (Romão 2014), foram estabelecidos fora nacionais de participação para a ESS. Começando com encontros ao nível local, um processo de participação a

nível regional e além deste foi gerido pelo Governo. Após as fases preparatórias, o encontro final une os movimentos de ESS e permite-lhes participar na tomada de decisões.

Descrição da boa prática de Economia Social e Solidária

1.1) Descrição da boa prática de ESS

A Coopamare (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis); organizada no âmbito do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Localização: São Paulo, SP, Brasil, Setor: Recolha e primeiro processamento de materiais recicláveis.

A Coopamare é uma das cooperativas pioneiras de catadores de materiais recicláveis no Brasil.⁴ Como afirmaram Ferreira, Grimberg e Silva nas entrevistas, a sua fundação, em 1989, esteve ligada ao trabalho da ONG de assistência social cristã 'Organização de Auxílio Fraternal' (OAF), que trabalhava com pessoas sem abrigo. Muitas destas pessoas já viviam de recolher (catar)

4

A Coopamare surgiu mais ou menos ao mesmo tempo de outra cooperativa deste setor em Belo Horizonte. Elisabeth Grimberg, uma especialista no campo, afirmou na entrevista que, no seu ponto de vista, a cooperativa em Belo Horizonte apareceu primeiro. Porém, a Coopamare apareceu no mesmo período e pode, assim, ser considerada uma das pioneiras.

materiais recicláveis nas ruas. A exclusão social destas pessoas era enorme, já que eram vistas como pessoas potencialmente perigosas, que viviam de lidar com o lixo. O pagamento pelo seu trabalho também era muito baixo. A OAF organizou as pessoas com quem trabalhava, para estabelecer uma cooperativa – a Coopamare. Começaram a trabalhar no centro da cidade de São Paulo, em 1989. No início da década de 90, a administração municipal (governada pelo PT) forneceu um espaço mais adequado num bairro de classe média – Pinheiros. Isto foi muito positivo para a Coopamare, já que este bairro produz muito lixo e, portanto, tiveram um melhor acesso a materiais recicláveis do que anteriormente.

1.2) Atividades propostas

A Coopamare está envolvida na recolha e primeiro processamento de materiais recicláveis. Ou seja, recolhem materiais recicláveis nas ruas de São Paulo, sobretudo junto de empresas. No seu espaço de trabalho, separam todos os diferentes materiais, de forma a que diferentes tipos de plástico, papel, alumínio sejam separados. Depois da separação, é usada uma prensa de lixo, para compactar os materiais e produzir grandes pedaços do mesmo material. O material é, então, armazenado na

Cooperativa, para ser vendido em grosso a empresas que acabam de processar e reciclam o material.

1.3) Modelo de gestão e participação dos atores

A Coopamare é gerida de forma cooperativa. De acordo com o seu presidente, Silva, todos os trabalhadores recebem o mesmo salário, baseado no número de horas de trabalho na cooperativa (incluindo o pessoal não diretamente envolvido na recolha e tratamento do material, tais como o guarda de segurança e o contabilista). As decisões são tomadas coletivamente em assembleias, que ocorrem regularmente, numa base mensal, e ainda em ocasiões especiais ou emergências, quando têm de ser tomadas decisões importantes. Há um conselho de gestão, que consiste no presidente, no diretor financeiro e numa comissão de contabilidade, que cuida das rotinas diárias e prepara as assembleias.

Em todo o Brasil, os catadores envolvem um crescente número de atores. Recentemente, foram reconhecidos como um dos maiores movimentos dentro do movimento brasileiro da ESS, internacionalmente reconhecido. Como relataram Santos e Souza na entrevista, os catadores atingiram uma

importância especial, desde o início da presidência de Lula em 2003. Estas relações são mantidas sobretudo pela organização nacional MNCR.

1.4) Rotatividade e criação/qualidade de emprego

A Coopamare – tal como outras cooperativas de catadores – tem uma rotatividade bastante alta entre os seus trabalhadores. Durante esta investigação, era composta por 21 empregados, 62% dos quais mulheres. As entrevistas (Leite, Silva) revelaram que as mulheres tendem a ficar muito mais tempo e a sustentar as atividades, enquanto muitos homens tendiam a ver as suas atividades como bastante temporárias – até encontrarem ‘algo melhor’. A razão principal para isto é que o trabalho com o lixo ainda é visto como ‘sujo’ e os salários ainda são muito baixos em comparação com outros empregos, apesar de melhorias importantes em ambos os aspetos. A organização coletiva em cooperativas e – a partir do início da década de 2000 – a organização política nacional através do MNCR ajudou a melhorar os problemas das baixas remunerações e do preconceito, mas ainda falta percorrer um longo caminho. A Coopamare trabalha em conjunto com um centro de assistência social em São Paulo (chamado ‘Recifran’) que indica

possíveis novos trabalhadores, após um período inicial de formação.

1.5) Externalidades sociais e ambientais

Há poucas externalidades. Algumas pessoas veem a existências dos catadores como um problema social e prefeririam que tudo fosse tratado como recolha do lixo por grandes empresas. O facto dos catadores virem dos setores mais pobres da sociedade aumenta o preconceito – algumas pessoas têm medo de que os pobres sejam toxicodependentes, alcoólicos. Durante as nossas visitas ao local, este tipo de preconceitos nunca foi confirmado. Porém, as pessoas entrevistadas frisaram o facto de que seria mais justo se os catadores recebessem não só um pagamento, mesmo que este seja pequeno, pelos materiais fornecidos, mas também um pagamento das empresas e/ou da sociedade (através da despesa pública) pelo seu serviço em favor do meio ambiente.

1.6) Comunicação e sensibilização

As principais ações de sensibilização realizam-se através do MNCR (mais sobre este assunto abaixo). Formando os catadores um grupo particularmente vulnerável, a sensibilização feita por ONG e atores públicos foi sempre importante. O Governo

nacional atribuiu um apoio especial ao setor a partir de 2003. Isto resultou na aquisição de maquinaria, especialmente camiões, para ajudar no seu trabalho.

Em relação à sua própria sensibilização, a Coopamare está envolvida na educação ambiental dirigida à sociedade brasileira. Isto envolve ir de porta a porta para falar com a população, bem como conversas em escolas e universidades, como foi confirmado por Silva. Com o envolvimento neste tipo de atividades, o empoderamento de um grupo particularmente vulnerável é provavelmente encorajado.

1.7) Criação de redes, afiliações e abertura da boa prática a redes existentes

A Coopamare está entre os membros fundadores do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e os seus ramos regionais no Sudeste do Brasil e no estado de São Paulo (Catasampa). Através destas redes, os membros da Coopamare mantêm contacto com as esferas mais alargadas da ESS e dos movimentos sociais brasileiros. A participação em redes internacionais é também organizada a partir do MNCR. A experiência brasileira de catadores pode ser vista como uma

referência para a América Latina e mais além. Existem intercâmbios regulares dentro da região mais alargada e mais além. Estes intercâmbios podem ser vistos como uma parte dos esforços do movimento de catadores para promover a coeducação. Os trabalhadores aprendem através de intercâmbios mútuos. Além disso, há também ligações a centros universitários especializados em lidar com a ESS (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP), ONG e agências governamentais – que também têm um papel importante no que toca às atividades de sensibilização.

Avaliação da boa prática

2.1) O impacto e o potencial económico e social da boa prática

O contributo mais importante da Coopamare – e, de uma forma geral, das iniciativas de ESS de catadores de material reciclável – foi definido pelos especialistas entrevistados e pelos profissionais como a promoção do emprego para pessoas socialmente excluídas. De acordo com [Gimberg](#), a Coopamare tem um papel muito especial, já que foi a primeira cooperativa a organizar estas pessoas muito pobres, que viviam nas

ruas e da venda de materiais recicláveis. Para estas pessoas, que eram 'os mais excluídos dos excluídos' (Grimberg), a própria atividade de providenciar uma forma mais digna de ganhar as suas vidas foi de extrema importância. Com a ajuda financeira e organizacional inicial da ONG cristã OAF, a cooperativa foi estabelecida para promover melhores condições de trabalho a pessoas que até então estavam sem abrigo. Ao passo que a maioria deles possuíam apenas um carrinho de mão para carregar o material reciclável, que era frequentemente usado como abrigo à noite, a cooperativa providenciou melhores meios para se sustentarem. Como afirmou Leite, a mera existência de uma prensa de lixo é já importante, já que permite aos catadores vender grandes quantidades, em grosso. Desta forma, podem conseguir preços muito melhores do que com a venda de quantidades mais pequenas de materiais, que geram proporcionalmente receitas muito mais baixas.

Como é relatado por um dos maiores especialistas na área, Grimberg, na entrevista, as atividades das cooperativas de catadores, tais como a Coopamare, são de importância central para o desenvolvimento económico e ambiental. A reciclagem do lixo é um dever muito importante, sendo uma

alternativa a práticas muito menos sustentáveis em termos ambientais, tais como os aterros ou a queima. A agência governamental respetiva, IPEA, estima que 80% de todo o lixo reciclado no Brasil foi recolhido pelos catadores de materiais recicláveis, que assim exercem um papel muito importante para um desenvolvimento sustentável no Brasil.

Estas duas questões foram mencionadas por todas as pessoas entrevistadas. No Brasil, existe um discurso, consideravelmente forte, que liga a questão da inclusão social ao desenvolvimento económico (Leubolt 2013). Se as pessoas são incluídas no mercado como consumidoras, isto é visto como benéfico, porque apenas nestas condições se pode desenvolver um mercado de massas. Como resultado, o desenvolvimento social pode contribuir para o desenvolvimento económico. O discurso da sustentabilidade também é importante. A ligação entre as duas questões - da inclusão social e do desenvolvimento sustentável - pode, portanto, ser vista como um significativo contributo para o progresso dos catadores de material reciclável.

2.2) Impacto transformador no território e mais além

O empoderamento, perspectivado como a transformação de relações sociais para empoderar pessoas até então excluídas, é visto como um contributo significativo pelos catadores do setor da ESS. Isto foi confirmado pelas entrevistas (especialmente: Ferreira, Grimberg, Silva, Singer) e ganhou também um lugar de proeminência na literatura brasileira (Medeiros e Macêdo 2006; Pinhel 2013; Wirth 2013). Enquanto as cooperativas, trabalhando 'a partir das bases', estabeleceram o importante ponto de partida, o envolvimento político dos catadores culminou na fundação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001. Um marco muito importante nas ações dos catadores foi a sua inclusão oficial como categoria de trabalhadores no código legal brasileiro, em 2002. Como explicou Ferreira na entrevista, esta é uma referência central, já que é importante para a autoestima dos catadores serem reconhecidos não como 'os pobres', que precisam de assistência (paternalista), mas como trabalhadores, realizando um trabalho essencial para a sociedade brasileira. O sucesso do movimento político dos catadores foi

fortalecido também durante o Governo de Lula (mais sobre esse assunto abaixo).

A importância do reconhecimento já ganhou bastante espaço nos debates sobre justiça social (ver também, por exemplo, Fraser e Honneth 2003). No caso dos catadores, é frequentemente mencionado como um aspeto central das suas ações – para ultrapassar o preconceito na sociedade. Apesar de esta questão continuar a ser um desafio constante, o sucesso no que diz respeito a promover a dignidade deste grupo de trabalhadores tem sido amplamente reconhecido. Um aspeto importante, conforme observou Grimberg, foi o envolvimento de catadores organizados na ESS na educação ambiental da população, como professores de reciclagem.

Segundo Grimberg, a Coopamare tem um papel especial no movimento de catadores, já que foi uma iniciativa pioneira a organizar melhores condições de trabalho, melhores preços para o material vendido, bem como a lutar pelos direitos e estatuto social dos catadores de materiais recicláveis.

Outra questão importante de impacto transformador diz respeito ao género: o secretário brasileiro para a ESS, Paul Singer afirmou na entrevista que 'hoje, as mulheres são a vanguarda do movimento'. Esta

situação é particularmente evidente com os catadores de materiais recicláveis, que, segundo Singer, compõem-se de cerca de 70% de mulheres. No caso da Coopamare, Silva salientou que 62% dos trabalhadores são mulheres. Além disso, Silva relatou que as mulheres são quem sustenta o negócio, já que é mais provável que permaneçam do que os homens. Leite confirmou esta perspectiva no que toca à pesquisa que coordenou acerca da ESS. Leite explicou ainda que, ao ter em atenção as necessidades especiais de algumas mulheres – tais como reservar algum tempo para cuidar de membros da família –, a organização da ESS tende a ser muito mais favorável do que as empresas convencionais. De acordo com Leite, esta maior atenção ao equilíbrio entre trabalho e família pode ser uma razão para o papel mais ativo das mulheres.

2.3) Impacto político da boa prática

A redução de pobreza tem estado também entre os principais objetivos de desenvolvimento do Governo brasileiro nos últimos anos. Especialmente desde o início do governo de Lula em 2003, este propósito tem também sido oficialmente reconhecido pelo Governo. A partir de 2003, os catadores ganharam também o apoio explícito do

Governo nacional. Como explicou Ferreira na entrevista, o (ex) presidente sempre lidou com os catadores enquanto trabalhadores, reconhecendo que ‘eles não lutam por ganhos individuais, mas antes pelos direitos da sua categoria profissional’.

Ao longo dos anos 90 foi aumentado o apoio local para os catadores. Na cidade de São Paulo, a Coopamare recebeu do governo municipal um espaço para trabalhar no início dos anos 90. Depois de Luiza Erundina, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), ter perdido o seu mandato nas eleições, o apoio público diminuiu dramaticamente, relatou Grimberg na entrevista. Esta questão envolve também o estado de São Paulo, que nunca foi governado pelo PT e que coopera consideravelmente menos com a ESS em geral, como é relatado por Santos e Souza na entrevista. Portanto, as vitórias sucessivas dos candidatos do PT em eleições presidenciais desde 2003 podem ser vistas como importantes no que diz respeito ao apoio público da ESS e dos catadores. Isto foi também confirmado pelo presidente da Coopamare, Silva, que relatou que o principal apoio público à Coopamare nos últimos dez anos veio do Governo nacional e de empresas públicas ligadas ao Governo nacional (tais como o Banco do Brasil), que

financiaram equipamento importante, tal como camiões.

Como declara Lara na entrevista, o governo municipal de São Paulo também estabeleceu políticas específicas para apoiar os catadores, por exemplo ao estabelecer novos centros de reciclagem, co-geridos juntamente com as cooperativas de catadores.

O campo político mais importante nos últimos tempos, onde a influência dos catadores (sobretudo através do MNCR) tem sido decisiva, é o da nova lei dos resíduos sólidos (PNRS), cujo rascunho foi elaborado de forma participativa, com os catadores a representar o grupo mais influente. A lei que emanou do processo participativo 2010 não só incluiu os catadores na sua elaboração, mas também os considerou na execução de políticas. A PNRS foi incentivada por uma lei nacional (a Lei nº 12.305, 2 de Agosto 2010) e trata dos princípios, objetivos, instrumentos e diretivas da gestão integrada dos resíduos, incluindo as responsabilidades dos criadores de lixo e das entidades públicas. É uma lei nacional que afeta as entidades privadas e públicas nos níveis nacional, regional e municipal. Em relação aos catadores, a PNRS segue o objetivo explícito da 'integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a

responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos' (artigo 7, alínea XII) e assume explicitamente como um dos seus instrumentos políticos 'o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis' (artigo 8, alínea IV).

2.4) Sustentabilidade da prática

A sustentabilidade, no que toca aos catadores e à Coopamare, pode ser vista de duas formas. Por um lado, a questão levantada anteriormente (no capítulo 2.1), acerca da sustentabilidade ambiental, é uma preocupação central da prática dos catadores e da Coopamare. Reciclar os resíduos é de máxima importância para o desenvolvimento sustentável das cidades. A cidade de São Paulo consegue reciclar apenas 2% do total de resíduos da cidade, como declarou na nossa entrevista a Diretora de Planeamento e Desenvolvimento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana Julia Moreno Lara. A Coopamare pertence às cooperativas autónomas de catadores, que não trabalham sob um acordo de parceria, que não conta para esta baixa percentagem. Apesar de receber preços bastante baixos pelo seu material da parte das empresas de reciclagem, a Coopamare está a tomar a seu

cargo uma responsabilidade das autoridades públicas e, assim, a contribuir para o processo vital da sustentabilidade urbana.

A sustentabilidade pode também ser vista no sentido da própria experiência da ESS. É amplamente reconhecido que esta questão é difícil para as organizações da ESS. Como é reconhecido nas entrevistas do processo de mapeamento do Brasil, a geração de rendimentos (um desafio central para 74% dos trabalhadores da ESS) e manter a competitividade no mercado (64%) têm sido reconhecidas como os dois maiores desafios pelos trabalhadores da ESS brasileira (SENAES 2013). Se falham nestes campos, a continuação da iniciativa de ESS fica em risco. Como já foi afirmado, isto preocupa particularmente os catadores, entre os quais é normal uma rotatividade alta. Perante este facto, é impressionante que a Coopamare exista desde 1989 e ainda funcione de acordo com os princípios da ESS. O papel especial das mulheres a este respeito já foi evidenciado acima.

Em resumo, a Coopamare é um bom exemplo de sustentabilidade em ambos os aspetos – no que diz respeito ao ambiente e na longevidade da iniciativa.

2.5) Espaço participativo aberto ao território

Investigações recentemente levadas a cabo no Brasil no âmbito da ESS (Leite et al. 2015) mostraram que as experiências dos catadores são as mais próximas do ideal da ESS. Como é confirmado nas entrevistas de Leite e Sanchez, em muitos setores, os ideias da ESS – em relação à democracia interna e esquemas de pagamento igualitários - não existem nas experiências práticas. Pelo contrário, há numerosos exemplos de cooperativas que servem antes para precarizar as relações de trabalho, onde a democracia interna mal está presente. Especialmente no campo das fábricas ocupadas por trabalhadores, isto aconteceu frequentemente.

Leite afirmou que, em geral, as iniciativas de catadores praticam os ideias de democracia interna e de pagamento igual. A informação recolhida no local da Coopamare foi convincente: todos os trabalhadores são sócios e não há diferenciações, por exemplo entre pessoas empregadas ou a trabalhar voluntariamente. Todos os sócios ganham o mesmo, considerando as horas passadas a trabalhar para a Coopamare. A hierarquia interna também parece ser plana. A diretoria concentra-se mais em preparar as decisões a

discutir na assembleia do que tomando decisões importantes sozinha. O tamanho, bastante pequeno, de 21 sócios facilita este tipo de prática, já que é possível chamar todos os sócios para reuniões de emergência – como foi confirmado por Silva na entrevista.

Além da interação à escala local na Coopamare, outro espaço participativo importante foi aberto desde 2003. O Governo nacional criou um comité interministerial para a inclusão social dos catadores (CIISC) em 2003. Este comité tem sido coordenado pela presidência (Casa Civil) e inclui representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Previdência, do Ambiente e das Cidades, bem como as empresas estatais mais importantes – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos públicos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e a empresa semipública petrolífera Petrobrás. Além dos atores governamentais, o MNCR também está representado no comité (CIISC 2013). Estes esforços atingiram o seu ponto máximo no final dos anos 2000, quando o Governo nacional decidiu focar a participação de todo o país na questão da gestão de resíduos. O MNCR foi o participante mais importante a todos os níveis da governação (municipal, regional e

nacional), tendo-se envolvido ativamente na construção de novas políticas nacionais de gestão de resíduos (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), como afirmou numa entrevista a coordenadora nacional da 4ª Conferência Nacional pelo Ambiente Ana Carla de Almeida.

O que podemos aprender da boa prática descrita?

3.1 Áreas em que podemos aprender, fatores chave de sucesso/falhaço, papel de atores específicos.

O exemplo dos catadores de materiais recicláveis revela uma combinação de resultados promissores no que diz respeito à contribuição da ESS para os esforços de desenvolvimento:

- Inclusão social de um grupo de trabalhadores particularmente vulnerável
- Empoderamento dos pobres, indo além das questões de um melhor pagamento, mas também incluindo questões como a autoestima
- Empoderamento das mulheres, que podem ser vistas como 'a vanguarda da economia baseada na solidariedade' (Singer)

- As cooperativas de catadores estão fortemente comprometidas com os princípios da economia baseada na solidariedade, especialmente no que toca à democracia interna e pagamento justo (Leite, Sanchez, Silva).
- A ligação entre o compromisso ambiental e a inclusão social
- A existência de um movimento nacional e uma presença política forte (Leite)
- O relativo sucesso, nos últimos anos, dos catadores, que se tornaram atores importantes na definição de políticas no Brasil (Santos/ Souza)

A experiência da Coopamare em São Paulo tem sido apontada como um exemplo muito importante de uma iniciativa da ESS de catadores, sendo uma experiência pioneira e abrindo caminho para um maior envolvimento. Hoje em dia, 5% das pessoas envolvidas na ESS no Brasil trabalham em iniciativas de catadores ([Gaiger et al. 2014, 64](#)). Um dos co-fundadores da Coopamare, Eduardo Ferreira, está ativo não apenas na Coopamare, mas também no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A própria existência deste movimento foi apontada como sendo de extrema importância por Leite. O MNCR

organiza os catadores, partilhando os princípios básicos da ESS de democracia interna, pagamento igual e solidariedade com outros movimentos sociais. O seu compromisso político tem sido crucial para o empoderamento dos catadores como um todo (incluindo os catadores que não trabalham coletivamente), especialmente no que diz respeito ao tema do reconhecimento social e da luta contra o preconceito.

Foi também reconhecido que há dificuldades em relação à organização de pessoas pobres em iniciativas de ESS. As dificuldades estão fortemente relacionadas com a questão da sobrevivência económica. A falta de capital económico, social e cultural cria obstáculos aos pobres, obstáculos que são agravados pela falta de escolaridade. As soluções apontadas pelo caso da Coopamare são:

- As agências estatais, ONG ou agências ligadas a sindicatos são vitais para prestar assistência, em relação ao financiamento e a assuntos de sensibilização.
- Os centros de formação coordenados pelas universidades funcionam como ‘consultorias sociais’ e dão conselhos de gestão e legais, bem como a participação em esforços de educação política.

- Os esforços de formação de pessoas iniciais podem ser ‘subcontratados’ a centros especializados. Em São Paulo, há uma entidade co-financiada pelo governo municipal e por doadores religiosos, que é responsável pela formação inicial de pessoas sem abrigo, preparando-os para trabalharem em cooperativas.
- As mulheres foram identificadas como agentes de sustentabilidade para o trabalho de cooperativas tais como a Coopamare. Uma das principais razões para isto é a possibilidade de gerir o equilíbrio trabalho-família, melhor do que na maioria das empresas convencionais.

Em resumo, as experiências da Coopamare e dos catadores em geral apontam o potencial da ligação entre os esforços para promover o desenvolvimento económico, social e ambiental. Dada a situação particular dos pobres, é importante sublinhar que a experiência não pode ser rotulada como uma mera ‘estratégia da base para o topo (bottom-up)’. Ou seja, teria sido impossível para as pessoas sem abrigo construir todas as instituições necessárias. Ao invés, o envolvimento das ONG sociais e de atores estatais foi vital. No entanto, o envolvimento destes atores não ocorreu da tradicional

forma ‘paternalista’, mas visou a autogestão coletiva e o empoderamento das pessoas envolvidas. A respetiva estratégia pode caracterizar-se como ‘ligada à base (bottom-linked)’ em vez de ‘da base para o topo’ (ver também Oosterlynck et al. 2013), para salientar o papel da interação dos pobres, enquanto protagonistas ativos, com as agências governamentais e não governamentais.

Apesar do sucesso dos catadores e da Coopamare, há também problemas:

- Embora a organização segundo os princípios da ESS tenha resultado em ganhos materiais para as pessoas até então muito excluídas, os rendimentos do seu trabalho ainda são consideravelmente baixos. A baixa remuneração foi atribuída:
 - À dependência nos intermediários, que tentam explorar os catadores (Silva)
 - Ao não pagamento pelo serviço prestado ao meio ambiente (Grimberg, entrevista a cliente)
 - Ao mero envolvimento no primeiro processo da cadeia de valor da reciclagem (Leite, Singer). Uma solução possível seria um maior envolvimento na própria reciclagem. Se

incluíssem o processamento subsequente de materiais recicláveis (possivelmente em conjunto com outras iniciativas da ESS), as receitas podiam ser muito maiores.

- A alta rotatividade dos trabalhadores, já que um número elevado vê o emprego mais como uma solução temporária do que como uma solução permanente (Sanchez, Silva). Este problema relaciona-se com as condições de pagamento precárias apontadas acima e à questão de ter de lidar com resíduos.
- A maioria dos catadores não trabalham de acordo com os princípios da ESS, mas trabalha de forma independente (Singer). Isto pode ser atribuído a uma perda percebida de liberdade individual, atribuída ao trabalho coletivo, com várias regras formais e informais.

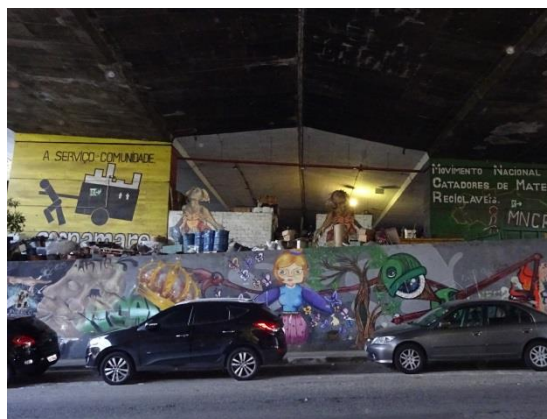
Apesar dos problemas restantes, o caso dos catadores de materiais recicláveis pode ser visto como um exemplo inspirador de como as iniciativas de ESS podem contribuir para o desenvolvimento tanto de ativistas envolvidos como da sociedade. O trabalho dos catadores brasileiros, exemplificado pela experiência da Coopamare contribuiu para a

inclusão social com efeitos positivos adicionais no desenvolvimento económico, promovendo igualmente a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento social.

História individual

4.1 Se possível, incluir uma história/testemunho individual que exemplifique a prática descrita.

Infelizmente, não recolhemos histórias individuais suficientes durante as entrevistas que permitissem usá-las aqui. Porém, em lugar disso, recordamos as nossas próprias experiências na realização da investigação junto dos catadores da Coopamare.



A cooperativa de catadores pioneira situa-se sob uma ponte num bairro de classe média-alta na cidade de São Paulo (ver as fotografias acima). Durante o dia, está sempre aberta, para que qualquer pessoa possa deixar materiais recicláveis na entrada (ver também a fotografia da esquerda). A presença de máquinas e equipamento também é visível. A fotografia da direita é a vista da rua maior, onde a Coopamare se apresenta como 'ao serviço da comunidade' e também afirma a sua pertença ao movimento nacional MNCR.

Os próprios trabalhadores não foram muito acolhedores no início, já que recebem mais visitas para fins de investigação do que gostariam. Na nossa primeira visita, chegámos num dia muito ocupado para os catadores, que estavam a preparar a venda dos materiais. As câmaras para as filmagens do projeto foram toleradas, mas a maioria dos catadores recusou-se a ser filmada. Apesar de uma autoestima aumentada, um número considerável deles prefere não ser reconhecido como trabalhador que lida com lixo. A autoconfiança era também visível, quando explicaram que reservam as quartas-feiras para assuntos como a investigação, enquanto nós viemos a uma sexta-feira (devido a um mal-entendido na coordenação com um deles).

Por esta razão, reagendámos uma nova visita, compreendendo que algumas das quartas-feiras já estavam ocupadas, por outros investigadores a realizarem os seus trabalhos. Na primeira ocasião, tivemos de voltar sem efetuar qualquer entrevista. Em lugar disso, assistimos a uma exibição da organização da ESS na Coopamare. Devido a um problema urgente, todos os membros da cooperativa foram chamados e realizaram uma reunião. Estes momentos são vistos como vitais por todos os membros e a participação de estranhos não é apreciada. Enriquecidos pela apresentação do funcionamento da democracia interna, voltámos uma semana depois. Estes episódios contribuíram para criar uma atmosfera de confiança, que permitiu o trabalho com os catadores.

As entrevistas deram uma impressão ainda melhor acerca do funcionamento da economia social e baseada na solidariedade na Coopamare. Vindos de um contexto pobre, os conceitos abstratos – incluindo o próprio conceito de ESS – não eram muito bem conhecidos. Quando questionados acerca da organização do trabalho e das tarefas que realizam, torna-se claro que praticam uma forma muito avançada de ESS – completamente auto-organizada e democrática tanto na tomada de decisões

como no pagamento, ao mesmo tempo estando conscientes do seu contributo para o meio ambiente. O presidente da Coopamare, Alisson Borges da Silva, declarou que a sua visão de uma sociedade justa é de que “as coisas funcionem de forma semelhante a como funcionam Coopamare. Isto diz respeito especialmente à questão de toda a gente se entreatuar”. Apesar das adversidades, as pessoas estavam orgulhosas de desempenhar um trabalho útil, mesmo que alguns o vejam como uma solução temporária.

Os membros da Coopamare têm consciência que dão um contributo vital para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Apesar disto, a sua relação com as autoridades urbanas nem sempre foi

positiva. Por vezes ameaçadas até com o despejo do seu local num bairro de classe média-alta, as pessoas da Coopamare já não têm medo de que algo assim aconteça. A primeira razão para isso é o apoio dado pela tomada de decisões a nível nacional, mesmo o ex-presidente Lula fez uma “visita histórica” à Coopamare, como explicou o seu presidente. “Além disso, nós agora somos internacionais. Investigadores e ativistas de todo o mundo vêm visitar-nos – como vocês”, continuou sorrindo.

Apesar das adversidades, parecem criadas as condições para que o contributo da Coopamare para o desenvolvimento económico, social e ambiental possa continuar – apoiado pelas suas redes nacionais e internacionais.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

MAPA DE STAKEHOLDERS PARA IDENTIFICAÇÃO DA BOA PRÁTICA

	LOW POWER	HIGH POWER
<p>HIGH PROFILE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) • ONG <ul style="list-style-type: none"> ○ Caritas ○ Instituto Polis • Universidades <ul style="list-style-type: none"> ○ UniSol ○ USP ○ Unicamp • Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP): consultoria das universidades para a ESS 	<p>Governo nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ○ Ministério do Trabalho e Previdência ○ Ministério para o Desenvolvimento Social ○ Ministério do Meio Ambiente ○ Ministério para o Desenvolvimento Agrário ○ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior <p>Administração da cidade de São Paulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Secretaria de Emprego e Renda ○ Autoridade Municipal de Limpeza Urbana Municipal ○ Secretaria para as Pequenas e Médias Empresas
	<p>LOW PROFILE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativas e associações trabalhando 'na base' (Coopamare) • ONG de assistência social e desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> ○ Recifran (Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem) • Sindicatos: <ul style="list-style-type: none"> ○ CUT ○ UGT

Entrevistas

Foram conduzidas entrevistas com 5 atores nacional relevantes nas áreas tanto da Cooperação para o Desenvolvimento como da Economia Social e Solidária para a seleção da boa prática:

- Setor governamental da Cooperação para o Desenvolvimento: Paul Singer
- Setor não governamental da Cooperação para o Desenvolvimento: Fabio Sanchez
- Setor da ESS: Marcia Leite
- Sindicatos e/ou movimentos sociais: Almir dos Santos, Jeferson de Oliveira Souza
- Autoridades locais: Sandra Faé

Fontes bibliográficas

Bittar, Jorge (ed., 1992), *O modo petista de governar. Caderno Especial de Teoria & Debate*. São Paulo: Diretório Regional de São Paulo do Partido dos Trabalhadores.

Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

CIISC, Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Reciclagem (2013), "Coleta seletiva com inclusão dos catadores de materiais recicláveis". Brasília: Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Reciclagem.

Para a avaliação da boa prática, conduzimos 5 entrevistas a atores relacionados com a boa prática "Coopamare":

- Responsável pela associação da boa prática: Alisson Borges da Silva
- Trabalhador/sócio: Eduardo Ferreira
- Cliente/beneficiário: Almir dos Anjos Padiãl
- Especialista da rede em causa, setor: Elisabeth Grimberg
- Representante das autoridades locais: Julia Moreno Lara

Dagnino, Evelina (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". Evelina Dagnino (ed.), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 103-115.

Dagnino, Evelina (2002a), "Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades". Evelina Dagnino (ed.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 279-302.

Dagnino, Evelina (ed., 2002b), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

Dubeux, Ana (2013), "Technological incubators of solidarity economy initiatives: a methodology for promoting social innovation in Brazil". Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood e Abdelillah

- Hamdouch (edição), *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Cheltenham: Edward Elgar. 299-307.
- Fernandes, Ana Cristina, Andreas Novy e Paul Singer (2013), "The linkages between popular education and solidarity economy in Brazil: A historical perspective". Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood and Abdelillah Hamdouch (eds.), *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Cheltenham: Edward Elgar. 384-396.
- Fix, Mariana (2007), *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo.
- Fraser, Nancy and Axel Honneth (2003), *Redistribution Or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso.
- Gaiger, Luiz Inácio G., Patrícia Sorgatto Kuyven, Cláudio Barcelos Ogando, Sylvio Antonio Kappes e Jardel Knecht da Silva (2014), *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD". Rio de Janeiro: IBGE.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), www.ipeadata.gov.br.
- Kinzo, Maria d'Alva G. (2001), "A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição", *São Paulo em Perspetiva* 15 (4), 3-12.
- Leite, Marcia de Paula, Angela Maria Carneiro Araújo e Jacob Carlos Lima (eds., 2015), *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume.
- Leubolt, Bernhard (2013), "Institutions, discourse and welfare: Brazil as a distributional regime", *Global Social Policy* 13 (1), 66-83.
- Leubolt, Bernhard (2015), "From Inclusive Liberalism to Inclusive Developmentalism: The Recent Transformation of the Brazilian Distributional Regime", *Geopolitics, History, and International Relations* 7 (1), 62-89.
- Leubolt, Bernhard, Andreas Novy e Joachim Becker (2008), "Changing Patterns of Participation in Porto Alegre", *International Social Science Journal* 59 (193-194), 435-448.
- Magalhães, Inês, Luiz Barreto e Vicente Trevas (edição, 2002), *Governo e cidadania. Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2ª edição.
- Medeiros, Luiza Ferreira Rezende de e Kátia Barbosa Macêdo (2006), "Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?", *Psicologia & Sociedade* 18, 62-71.
- Oosterlynck, Stijn, Yuri Kazepov, Andreas Novy, Pieter Cools, Eduardo Barberis, Florian Wukovitsch, Tatiana Sarius e Bernhard Leubolt (2013), "The butterfly and the elephant: local social innovation, the welfare state and new poverty dynamics", *ImPRovE Working Paper* 13/03.
- Pinhel, Julio Ruffin (edição, 2013), *Do Lixo à Cidadania: Guia para a Formação de*

- Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- Romão, Wagner de Melo (2014), "Políticas públicas e democracia participativa: avanços e limites das conferências nacionais no Brasil", *Análise. Friedrich Ebert Stiftung Brasil*.
<<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10964.pdf>>.
- Santos, Boaventura de Sousa (ed., 2002), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária (2013), "Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013". Brasília: Governo Federal do Brasil, Ministério de Trabalho e Renda.
- SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária (2014), "Boletim Informativo - Edição Especial Resultados do Projeto SIES". Brasília: Governo Federal do Brasil, Ministério de Trabalho e Renda.
- Simões, Carlos (2008), *Curso de Direito do Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Singer, Paul (1996), "Economia solidária contra o desemprego", *Folha de São Paulo*, 11 jul.
- Singer, Paul (1999), *Brasil na Crise. Perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 2 edition.
- Singer, Paul (2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul e André Ricardo de Souza (eds., 2000), *A Economia Solidária no Brasil. A Autogestão como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto.
- UNDP, United Nations Development Programme (2015), *Human Development Country Index Brazil*.
<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA>
- Wirth, Ioli Gewehr (2013), "Movimento de catadores de material reciclável: para além do direito ao trabalho". Campinas.